

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 26 de julho de 2022 - Ata n.º 73.

Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Cobra Repórter** (na função de 1.º Secretário) e **Delegado Jacovós** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **73.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito ao Sr. 2.º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Delegado Jacovós – PL): Sim, Excelência, Presidente Traiano, então vamos à leitura da pauta. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 72, de 25 de julho de 2022.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Em discussão a Ata. Ninguém querendo discutir. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Sr. 1.º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Cobra Repórter – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) Ofício n.º 1326/2022 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 360/2022) que altera o art. 2.º da Lei Estadual n.º 17.528/2013 na parte relativa à simbologia e denominação de cargos em comissão do Gabinete do Juízo das Comarcas de Entrância e do Gabinete de Juiz Substituto; Ofício n.º 1327/2022 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 361/2022) que eleva a Comarca de Pontal do Paraná para Entrância intermediária; cria uma Vara Judicial, um cargo de Juiz de Direito e os respectivos cargos em comissão de livre provimento; e altera os dispositivos que especifica, pertencentes à Lei n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná; Ofício n.º 1328/2022 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 362/2022) que cria o Foro Regional de Quatro Barras na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, transforma o cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial de Bocaiuva do Sul, transforma e cria cargos de servidores e altera a Lei n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias; Ofício n.º 1329/2022 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 363/2022) que cria cargos de Juiz de Direito da Turma Recursal e os respectivos cargos em comissão de livre provimento de simbologias 1-C e 1-D, e altera o anexo V da Lei n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias; Ofício n.º 128613/2022 do Departamento Nacional de Infraestrutura, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1990/2022, da Deputada Mabel Canto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Michele Caputo.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Michele Caputo; Professor Lemos; Ricardo Arruda; e Goura.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Tercílio, demais membros da Mesa, Deputadas, Deputados, todos que nos acompanham. Inscrevi-me no Pequeno Expediente para falar do *Dia dos Avós*, um dia importantíssimo, que segundo alguns foi criado a partir de uma iniciativa da Doutora Zilda, com alguns médicos geriatras, e me parece, Deputado Tercílio, lá no calçadão de Londrina, em uma conversa que eles tiveram lá. A Organização Mundial da Saúde, ela reconhece a década do envelhecimento saudável, ela propõe isso como um grande desafio para essa próxima década. O Paraná tem hoje, senhores, quase 2 milhões de pessoas na faixa considerada de idosos. Temos uma legislação, que mudou o nome, não é mais Estatuto do Idoso, é Estatuto da Pessoa Idosa, que ela é uma das melhores do mundo, uma das mais avançadas. A grande questão é que não se consegue garantir os direitos dos idosos, sob todos os aspectos, desde o direito à saúde, direito à mobilidade, uma série de outras questões que são extremamente importantes. Então, a questão não é de legislação, a questão é de fazer cumprir. Agora, a parte da questão legislativa, das leis, há um grande preconceito com relação à pessoa idosa neste País, muito diferente, por exemplo, de alguns países orientais, que tratam com muito respeito, que fazem, que as famílias fazem a sua parte, diferentemente do nosso País, onde muitos empurram o idoso para o Estado, para o Estado cuidar. Então, precisamos ter respeito, essa é uma data importante. E, como disse, são quase 2 milhões de pessoas no nosso Estado nessa faixa. Liguei hoje para o Dom Peruzzo, nosso Arcebispo, conheci o Dom Peruzzo pessoalmente quando ele, coordenador da CNBB da Pastoral da Pessoa Idosa, ele nos propôs, por meio da Irmã Terezinha Tortelli, que coordenava aqui o Paraná, nos propôs uma parceria que fizemos, quando era Secretário de Estado, de mais de R\$ 1 milhão, onde os voluntários da Pastoral trabalhavam nos municípios que a Pastoral tem a organização, cerca de 150, fazendo o que a Pastoral da Criança fez em prol da redução da morte materno-infantil no nosso Estado e no nosso Brasil, e nos ajudaram muito, porque tínhamos um instrumento de trabalho discutido de forma conjunta, e eles nos ajudaram a identificar os idosos

vulneráveis. Com isso você priorizou consultas, exames, vacinas, porque as pessoas não envelhecem todas igualmente, as pessoas envelhecem de forma diferente, algumas mais saudáveis, algumas com qualidade de vida, mas ainda temos um volume muito grande de pessoas envelhecendo com o ganho da quantidade de vida, que também foi importante na nossa história, principalmente com o advento do SUS e de algumas questões, como as imunizações, como o acesso a medicamentos, como o acesso à cobertura de multiprofissionais, mas ainda somos um País que ainda carece muito. Uma vez fui a São Paulo participar de um debate, Deputado Goura, e nesse debate me falaram que tinha no País naquela época 900 geriatras e 4 mil cirurgias plásticas. Então, a nossa população envelhece, precisamos demandar especialistas nessa área da geriatria, e temos muito mais cirurgias plásticas. Nada contra. Então, queria só terminar essa minha fala do Dia dos Avós fazendo uma homenagem à minha filha, a Lorena, que é advogada, e ao meu genro Tiago, porque há quase três anos deram a mim e a minha esposa, a Deise, e a minha outra filha que é muito especial, que é a Vitória, o prazer de convivermos com uma neta. Tenho uma neta que vai fazer três anos agora em novembro que se chama Manoela. Então, neste Dia dos Avós, que os católicos também comemoram o *Dia de Santa Ana* e de *São Joaquim*, quero aqui também fazer o registro da importância... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Obrigado, Presidente. Concluindo, de lembrar novamente temos muitos desafios a vencer, apesar das conquistas que são inequívocas. Não temos mais uma pirâmide epidemiológica, temos já um quadro bem diferente da pirâmide e que esse ganho de qualidade de vida tem que ser traduzido também em qualidade. Ninguém merece sofrer, não é verdade? Vamos acreditar na Organização Mundial da Saúde e vamos todos fazer a nossa parte com relação à década do envelhecimento saudável. Bom trabalho a todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo que também cumprimento toda a população que acompanha a nossa Sessão. Lideranças que estão presentes aqui, demais que acompanham pelos meios de comunicação. Mais uma vez venho à tribuna para solicitar ao Governador Ratinho Junior que cumpra o que está disposto nos planos de carreiras dos servidores do Estado do Paraná. Que cumpra o que dispõe a Constituição Brasileira e a nossa legislação vigente com relação à data-base dos servidores. A data-base foi em maio, está atrasada. Foi de 12,13% a inflação, que devia ter sido paga no mês de maio a todo servidor público, servidores civis, pessoal militar, militar da reserva, servidores civis aposentados, para todos. Isso não foi pago. Então, a Lei Eleitoral permite. A Lei de Responsabilidade Fiscal permite. O inciso X, do art. 37, da Constituição Brasileira determina que pelo menos uma vez por ano, na data-base, se faça a correção pagando a inflação do período aos trabalhadores. Portanto, há uma dívida o Estado não está honrando com essa dívida e não é porque tem falta de dinheiro. O Estado tem caixa. Vai fechar o ano com uma sobra que vai ultrapassar 8 bilhões. Oito bilhões que não havia previsão de arrecadar. Vai arrecadar mais. Isso é chamado de excesso de arrecadação. O excesso seria maior. Seria mais de 11 bilhões o excesso. Já para deixar assegurado que o Governo pode reclamar, dizendo: *Não, mas e a redução do ICMS para combustíveis e também para a energia elétrica?* Já estamos deduzindo essa diferença. Vai sobrar mais de 8 bilhões no orçamento. Então, não paga porque não quer. É muito importante deixarmos isso bem definido. E também o Governo deve 3,39% de uma parcela de um reajuste já aprovado em lei aqui. E o que é que diz a lei: se em 2022 tiver caixa para pagar, pagar. Já devia ter pagado em janeiro. Está devendo. Já foi legislado isso. E também têm promoções e progressões de carreira dos servidores que também já é lei. Já passou do tempo. O Estado está devendo, promoção, progressão, tem quinquênio, tem anuênio. Ora, é um absurdo que o Governo, além de ter dinheiro sobrando, ainda abre mão de cobrar impostos. Neste ano a proposta é deixar de cobrar impostos na ordem de R\$ 17 bilhões e ainda assim vão sobrar 8 bilhões no final do ano. Como sobrou no ano passado. No ano passado o Estado teve um excesso de arrecadação na ordem de R\$ 9 bilhões. Este ano era para ser mais de 11

bilhões, com as mudanças nas tarifas de ICMS dos combustíveis e da energia terá uma sobra de 8 bilhões. Então, o Governo está tratando mal os servidores públicos. Ele pode e deve tratar com dignidade os servidores e servidoras do Estado do Paraná. Por isso, fica aqui, mais uma vez, a nossa cobrança. E aí tem servidor que pergunta para nós, Deputados: *E a data-base?* Gente, é obrigação do Governador. Ele é o empregador do servidor público do Estado do Paraná. A nós, como Deputados, resta... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para nós, Deputados, resta cobrar aqui e com as entidades, representação dos servidores, entrar na Justiça. É o que temos feito. E, às vezes, o Governo teima e perde na Justiça. Foi o caso de obrigar os professores a fazer um vídeo, de oito a dez minutos, a Justiça suspendeu o vídeo, porque é um absurdo. Então, tem coisas que resta, muitas vezes, só à Justiça. Agora, é uma vergonha você ter que ir para a Justiça para cobrar aquilo que é de direito, aquilo que é justo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas, Deputados, os que nos acompanham aqui na *TV Assembleia*. Tenho aqui dois assuntos rápidos para dizer aqui. Primeiro, é a respeito de Apucarana, na área da saúde. Outro dia vim aqui e disse de um problema de uma denúncia que recebemos de uma paciente de oncologia, do hospital de Apucarana, que está há anos lutando por tratamento e não está recebendo o devido atendimento devido à falta de equipamentos que tem no hospital, que prometeram que iriam trocar, não trocaram. Hoje falei com o Dr. Cezar, da Secretaria da Saúde aqui do Paraná, e ele foi bem sensível à causa, pediu para encaminhar o ofício dizendo o que está faltando lá que ele iria correr atrás para resolver. Então, já encaminhei o documento a ele. Em breve acho que teremos boas notícias para o hospital de Apucarana. Outro assunto, estive em Paraíso do Norte a pedido de pais que estavam sendo coagidos pelo Promotor

da cidade, Promotor esse, Dr. Felipe Garcia, que está exigindo – fez um documento – exigindo a vacinação da Covid para crianças do município. E ainda ameaçando os pais que não vacinassem a pagarem multa de 10 a 20 salários mínimos. Isso aí é uma vergonha. Fui lá, fiz um boletim de ocorrência na delegacia contra o Promotor, porque o Promotor, cabe ao Promotor agir conforme a Constituição e a lei, não fazer uso, não fazer isso, é crime de responsabilidade e de abuso de Poder. Fui ao Fórum falar com o Promotor, ele disse que não estava lá, alguém falou que ele não estava. Mas, enfim, passei o recado para ele e tomei as providências necessárias para notificar esse Promotor. E, pasmem, os senhores, Presidente Traiano, a Associação Paranaense do Ministério Público fez uma nota de repúdio a este Parlamentar. A covardia é tanta dessa Associação que não deram meu nome, falaram: *O Parlamentar que esteve lá*. Eu já dou nome, ponho a cara à tapa aqui, porque estou falando a verdade. Agora, a Associação, APMP, Associação Paranaense do Ministério Público, que vergonha! Nota de repúdio vocês deviam fazer ao Promotor que está agindo em desacordo com a lei. Descumprindo a Lei Estadual aprovada nesta Casa, que proíbe a obrigatoriedade do passaporte da vacina da Covid. Pior, ele usou, aqui, na determinação dele tão vergonhosa, ele usou a Lei 19.534, de 2018, aprovada nesta Casa, que se refere às vacinas do PNI, Plano Nacional de Imunização, que tem lá a carteirinha do estudante, que a vacina do Covid não faz parte! Olha a *cara de pau* desse promotor e dessa Associação, defendendo a mentira. Ele usou ainda, ele usou um artigo, aqui, deixa ver qual artigo. Ele usou um artigo aqui da Sesa, um Decreto, que é o Decreto 2/2022, do Ministério da Saúde, que informa que a vacinação da Covid não é obrigatória. Ainda teve a *cara de pau* de pôr aqui essa nota técnica do Ministério da Saúde que informa o contrário do que está pregando. Então, esse Promotor e, infelizmente, essa Associação dos Promotores, são duas vergonhas ao Paraná. Defendem a mentira, jogam contra o povo, jogam contra uma lei estadual e ainda têm a cara de pau de fazer uma nota de repúdio para este Parlamentar aqui. Esse Parlamentar tem um nome e o nome de vocês ponho aqui: o Promotor chama Felipe Garcia. Senhor Promotor, o senhor não vai continuar coagindo os pais, o senhor está aí para ser o fiscal da lei e não para inventar leis e artigos mentirosos. O senhor está usando artigo do ECA e as suas funções para defender as crianças contra a saúde, perfeito, o senhor

tem esse direito, mas não contra a vacina da Covid. O senhor é uma mentira e essa nota de repúdio é algo que nós, aqui, devemos repudiar. Então, farei uma nota de repúdio contra o Promotor... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Uma nota de repúdio contra a Associação Paranaense dos Promotores, só que não vou parar em nota de repúdio. Estamos entrando aqui com uma ação contra esse Promotor para que ele responda na Justiça. A função do Parlamentar é fiscalizar e defender o povo e não ficar aqui obedecendo à ordem e acatando ordem de promotor irresponsável que não respeita pai, mãe e nem as leis aqui do Paraná. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a V.Ex.^a, a nossa Mesa, a todos os Parlamentares, servidores, cidadãos paranaenses que acompanham a nossa Sessão de hoje. Senhor Presidente, nessa semana o nosso mandato, na qualidade de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Ecologia e Proteção dos Animais da Assembleia Legislativa do Paraná, apresentamos uma denúncia ao Ministério Público a partir de uma pesquisa, de um estudo feito pela Biomédica Dr.^a Carolina Panes que, nesta tribuna, fez uma fala no Grande Expediente alguns meses atrás, apontando, senhoras e senhores, a relação perigosíssima, muito séria, muito preocupante, entre os casos de câncer, principalmente no sudoeste do Estado do Paraná, e a presença de agrotóxicos na água que é consumida pela população paranaense. A pesquisa da Dr.^a Carolina Panes foi publicada, Deputada Luciana Rafagnin, em jornais científicos de maior prestígio mundial e saiu na Folha de São Paulo. Teve essa repercussão na imprensa nacional, é uma cientista que trabalha, servidora da Unioeste, das nossas universidades públicas e aqui ela fala: a ligação entre 542 casos de câncer e a água com agrotóxicos no Estado do Paraná. Estamos pedindo, além do Ministério

Público, também encaminhamos ao IAT, à Sedest, à própria Sanepar, porque os indícios são todos, Deputados, que o aquífero Serra Geral, que abastece 127 cidades do Estado do Paraná, está contaminado, Deputada Mabel. Está contaminado. Quando falamos aqui, reiteradamente, que o Paraná tem que fazer uma transição agroecológica, alguns sobem do lado de lá, normalmente, para nos acusar que somos contra o desenvolvimento, que somos contra o progresso. Não é nada disso. O que queremos é, sim, uma agricultura mais saudável, uma agricultura que não agrida a terra, que não agrida a água, que não cause prejuízos à saúde da população paranaense, sejam os agricultores e agricultoras, sejam os consumidores. O que é muito grave nessa pesquisa que foi feita com a água, Deputados, da torneira, a água da torneira. E há agrotóxicos na água da torneira do paranaense acima dos limites permitidos, por exemplo, na União Europeia. Acima de limites permitidos na União Europeia. Encaminhamos aqui, ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Paraná, Dr. Giacoia, na esperança, na expectativa de que providências sejam tomadas. Aqui gostaria, também, de trazer exatamente o que diz aqui na reportagem, que o estudo aponta que os níveis de contaminação da água dos municípios paranaenses analisados estão acima dos limites da União Europeia, que permite o total de 0,5 partes por bilhão e no Paraná a soma ficou 189,84 partes por bilhão. A Biomédica que veio aqui atua, Deputada Luciana, na região do sudoeste e ela justamente apontou essa relação muito triste e trágica da presença dos agrotóxicos no dia a dia das mulheres agricultoras do nosso Estado, que têm que manusear os produtos químicos, que têm que fazer a calda, que lavam as roupas dos seus filhos, as suas próprias, e, muitas vezes, essas roupas ficam contaminadas e isso traz prejuízos gravíssimos, consequências seriíssimas à saúde de todas elas. Então, estamos encaminhando aqui esse pedido ao Ministério Público, ao Governo do Estado, porque não basta o Governo dizer que é o Estado mais sustentável do Brasil. Na propaganda parece bonito, Deputado Requião, Deputado Arilson: o Estado mais sustentável do Brasil. É o Estado que se destaca no desmatamento, é o Estado cuja água que os paranaenses bebem está sendo contaminada por agrotóxicos e não vemos ações efetivas para contra-atacar esse gravíssimo problema. Fica aqui esse registro, mais uma vez também apresentamos um Projeto de Lei, que propõe, vou falar disso na

semana que vem, a restrição de uso de agrotóxicos no Estado do Paraná. Especificamente... posso continuar, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO GOURA (PDT): Especificamente o Fipronil que é um produto já associado, comprovadamente associado à mortandade de abelhas. O Paraná, que também se destaca como o maior produtor de mel do Brasil, não tem uma política de preservação das colmeias, dos enxames. Por isso, repetimos, aqui: é necessário, é urgente, uma transição agroecológica. Temos que ter uma agricultura que esteja em harmonia, em equilíbrio ecológico com a natureza e que proporcione saúde e riqueza para todas e todos. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pela atenção de todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Boa tarde Ex.^{mo} Presidente Traiano, demais membros da Mesa, demais Deputados e Deputadas. O meu recado aqui é rápido. Gostaria de convidar todos os Deputados e Deputadas e os membros da Casa, porque amanhã a partir das 14 horas estaremos fazendo a primeira Audiência Pública relativa ao Transtorno do Espectro Autista. Amanhã vai acontecer no Auditório Legislativo desta Casa essa Audiência Pública nesse tema tão importante. Hoje o Brasil vem crescendo muito e dentro das instituições temos acompanhado o quanto nossos familiares têm sofrido, o quanto que as famílias estão em busca de algo para melhorar a vida dessas crianças, desses filhos relativo a esse transtorno que realmente está trazendo um crescimento fora da normalidade. Então, amanhã, a partir das 14 horas, reitero o nosso convite para que os Deputados e Deputadas, e aqueles que estiverem na nossa Casa, possam estar presentes, ou também acompanhando por meio do *Zoom* e transmitido aqui pela TV da Casa. É um tema que realmente precisa ser estudado. Precisamos trazer pessoas que entendam, que falem e que nos ajudem a cuidar dessa pessoa com deficiência, desse transtorno. É muito importante essa união, hoje, de todas as instituições,

principalmente porque a maior parte das instituições no Paraná, e até mesmo no Brasil, não têm vagas e não estão ainda prontas para atender a esse tipo de transtorno. Então, volto a repetir e convidar todos amanhã, a partir das 14 horas, para essa Audiência Pública aqui no Auditório Legislativo do Paraná. Só isso para o momento, Presidente. Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Liderança do Governo... Declina. Liderança da Oposição.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usou da palavra o Sr. Deputado Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, nobres Deputados e Deputadas. A fala que nos traz a esta tribuna hoje é para debater um pouquinho sobre o papel da Assembleia na gestão do Governo Junior, do Paraná. O Estado do Paraná tem cometido inúmeros flagrantes de erros na condução da administração pública e hoje a minha equipe produziu um relatório e estou boquiaberto, Presidente Traiano, do que está sendo feito e a ausência deste debate aqui na Casa. O orçamento do nosso Estado, dedicado para o Executivo, do ano de 2022, é de R\$ 32 bilhões, mas foi um orçamento subestimado, subestimado, ou seja, se projetou a menor, mas de forma intencional, de forma a se obter mudanças não permitidas por esta Casa. O nível de produção de decretos de superávit financeiro do Paraná chegou ao número de um decreto por dia útil, 127 decretos, que correspondem a 6 bi e 300, mais 21 decretos de excesso de arrecadação, com mais 800 milhões, perfazendo R\$ 7.2 bilhões, ou seja, projetou 32, arrecadou 39, 22% a menos, e de forma intencional. Por que da forma intencional? Porque a destinação desse superávit não precisa seguir o que está contido na LDO ou na LOA ou no PPA. Ou seja, o Governo usou esse dinheiro para quem quis, da forma que bem quis, e aqui vou dar um exemplo: a Sedu, que tinha um desenho de 644 milhões, foi beneficiada com um orçamento de R\$ 1,5 bilhão. A Sedest, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Deputado Tadeu, tinha um orçamento de 328, pegou do excesso de arrecadação e saltou para R\$ 900 milhões. A Seil, Secretaria de Infraestrutura, tinha 1,4, foi para 3,2. Ou seja, essas três Secretarias absorveram 50% aproximadamente do excesso de

arrecadação, sem debate aqui nesta Casa. O que significa isso? Significa que o Governador Junior *sentou em cima* de projetos que, de repente, não são essenciais para o povo paranaense e não tinham o aval desta Casa. Por exemplo, se a Secretaria da Saúde do Paraná tivesse sido agraciada como foi a Seil, ela tinha saltado de R\$ 6,2 bilhões de orçamento para 13,8, mas não. A escolha do Governador e do seu Governo preferiu não construir hospitais; preferiu não fazer postos de saúde; preferiu não zerar a fila de cirurgias eletivas; não colocar mais remédios nas farmácias; não aumentar o número de consulta especializada; não contratar mais médicos; não ter aumento do serviço do Samu. Preferiu construir o *Meu Campinho*; preferiu o programa *Minha Praça*; preferiu o programa de lagos e parques; preferiu o programa de letreiros de entradas de municípios; ou colocar dinheiro para aeródromo. Não é que não sejam projetos importantes, é que a prioridade do Paraná e do povo é a saúde. Esse embelezamento, esse gasto com outros recursos tem que ser analisado de outra forma. Podia-se ter uma saúde de excelência, mas não. O que o Governo fez? Gastou em 2019, 2020 e 2021, o mesmo percentual de saúde. Por isso que vimos denúncias como a Deputada Mabel fez ontem da saúde de Ponta Grossa. Sabe por que, Mabel? Porque para eles é mais importante investir no *Meu Campinho* do que na saúde de Ponta Grossa. É essa que é a diferença. A prioridade do Governo está invertida. A Secretaria da Educação tinha um orçamento de 8,5 bi. Poderia chegar a 15, mas não. O Governo preferiu não construir escola, não construir creche, não melhorar a merenda; preferiu não comprar mais uniforme; preferiu não investir no professor, na sua capacitação, no seu salário; não aumentar o transporte escolar; e não construir uma biblioteca, mas preferiu fazer projetos de embelezamento ou projetos com cunho eleitoral para o ano eleitoral. A verdade é que um Governo precisa de programas, precisa de projetos perenes que passam de ano a ano, e hoje não existe isso. Hoje, existe uma escolha, uma escolha que prejudica, sim, e muito, o povo paranaense. E a nossa indignação vai para além disso. Aqui, há vários Deputados que trabalham com o tema da segurança pública. O orçamento da segurança é de 4,2 bi. Poderia ter chegado a oito se usasse esse excesso de arrecadação, mas não, aumentou-se apenas 800. Qual que é a consequência disso? Falta viatura, falta policial militar, falta armamento, falta bombeiro, falta serviço de inteligência

e antecipação do crime, ou até para solução do crime, serviço de perícia, de IML, delegados, escrivães, câmeras e videomonitoramento. Esse caso de Foz deixa claro o quanto a polícia precisa de ajuda para elucidar os crimes, por falta de profissionais e por falta de equipamentos. Não tem perícia na balística, não tem quebra do sigilo telefônico, por falta de quem faça o serviço. Ou seja, está o inverso. Na verdade, temos uma escolha e a escolha não é o povo. A Secretaria da Ciência e Tecnologia que, aliás, não é mais Secretaria e tem um erro, um vício no orçamento do Estado, tem rubrica orçamentária para Secretaria da Ciência e Tecnologia, vamos acionar isso judicialmente, inclusive, porque está errado, tinha 2,6 bi, chegou a 2,9, podia ser estendido para cinco. Com isso, não tem reforma em universidade, não tem aumentado a pesquisa científica, não tem serviço de extensão, não tem o serviço de extensão dos HUs, dos laboratórios, ou o aumento da graduação, pelo contrário, porque o Governo escolheu para quem investir o dinheiro, e não é com certeza para o povo paranaense. Não se trata de um ato ilegal, é um ato imoral projetar o orçamento a menor para ter excesso de arrecadação em abundância e usar da forma como quiser, sem ser aprovado, discutido ou sancionado nesta Casa. A Assembleia não pode ficar refém desse processo. Não podemos ter um Governo que por si só maneja, ou melhor, remaneja 25% do orçamento. Se era 32 e teve aproximadamente quase oito, o Governo do Paraná está remanejando 25% do orçamento, quando tinha autorização legal desta Casa para mexer de cinco ou até 10%. Agora, está mexendo em 25% do orçamento. Isso é uma questão de escolha, porque resolveu cuidar dos empresários e não cuidar do povo. Resolveu dar lucro para Bovespa, para as Bolsas de Valores, e não abaixar a tarifa de água e luz. Resolveu construir obra eleitoreira e não fazer hospital, resolveu gastar em propaganda e não melhorar a qualidade e a quantidade de merendas para as nossas crianças. Resolveu promover renúncia fiscal e não valorizar o servidor. Resolveu aumentar os cargos comissionados e não contratar policiais. Resolveu concentrar o dinheiro em propaganda e *marketing* e não construir casas. É um Governo de aparências, é um Governo que não tem essência. Para finalizar, vou dar um exemplo. Lá em Apucarana se construiu um letreiro no lago, um *Meu Campinho* em dois ou três bairros, mas a demanda do povo de Apucarana era um hospital, um hospital para atender à cidade e à região. Não construiu

porque a escolha de prioridades é da propaganda, não é a verdade e o sentimento das pessoas na cidade. Precisamos disso! E olha que tínhamos o Secretário da Saúde que era da cidade! Mas optou-se em não construir o hospital. Por que isso? Porque o Governo quer favorecer o setor privado, o Governo não está preocupado com o avanço da condição do IDH e da melhoria de vida da sua população, o povo do Paraná. Chega de maquiagem, chega de pó no rosto, chega de batom! Precisamos da face verdadeira deste Governo, precisamos de menos luz nos cabelos, de emblemas e precisamos de realidade e de verdade. O que estamos vendo hoje é um Governo que não tem projeto, um Governo que não tem programa e, mais do que isso, um Governo que é pautado no dia a dia. A condição... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... ter um decreto de suplementação por dia feito no Estado do Paraná, útil, significa que nada do que estava planejado no PPA nos quatro últimos anos, na LDO ou na Lei Orçamentária Anual não serve para nada. De cada R\$ 100,00 que o Governo tem para investir, o Governo do Paraná tem autonomia de mudar R\$ 25,00 da forma que ele quer e inverte as votações aqui nesta Casa. Aprovamos recursos para universidades e não saem, aprovamos recursos para hospitais e não saem, aprovamos construção de creches e não saem, aprovamos aumentos de projetos sociais e não saem, tudo pela manobra fiscal, administrativa e contábil que está sendo feita. Precisamos, sim, que esta Casa debata o excesso de liberdade ou talvez o cheque em branco que está se dando para o Governador neste ano de eleição. Chega! É o povo a prioridade desta Casa!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou

através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) **(54 Parlamentares); Deputado ausente com justificativa:** *Elio Rusch (UNIÃO)*, conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno **(1 Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativa:** *Dr. Batista (UNIÃO), e Jonas Guimarães (PSD)* **(2 Parlamentares).]***

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 354/2022**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Capital Estadual dos Muladeiros ao município de Nova Tebas; **Autuado sob o n.º 355/2022**, do Deputado Bazana, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o Dia de São José, a ser comemorado anualmente no dia 19 de março; **Autuado sob o n.º 356/2022**, do Deputado Coronel Lee, que altera a Lei n.º 20.644, de 14 de julho de 2021, que denomina Padres Carmelitas a ponte sobre o Ribeirão Vinte e Dois, localizada na PR-218; **Autuado sob o n.º 357/2022**, do Deputado Gilberto Ribeiro, que dispõe sobre a inclusão no acervo

de todas as bibliotecas públicas do Estado do Paraná de exemplares da Bíblia Sagrada em braile; **Autuado sob o n.º 358/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, que altera o art.º 1.º da Lei n.º 16.069, de 3 de março de 2009, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Pesquisas e Tratamentos Humanísticos – IPTH; **Autuado sob o n.º 359/2022**, dos Deputados Soldado Adriano José e Alexandre Curi, que denomina Gilberto Rezende de Carvalho o trecho da PR-082 entre os municípios de Bom Sucesso e Ivaiporã.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 351/2019, de autoria da Deputada Mabel Canto, que obriga as concessionárias prestadoras de serviços de telecomunicação a dispensar o usuário do pagamento de multa fidelidade quando a rescisão contratual se der em razão da perda de vínculo empregatício e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Emenda da CCJ, já de conhecimento de todos os Sr.ªs Deputados. Vamos apreciar neste turno emenda aprovada em 2.ª Discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.ªs Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Boca Aberta, Cobra Repórter, Galo, Gilson de Souza e Guerra. Deputado Anibelli, V.Ex.ª vota “sim”? Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz**

Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (36 Deputados); **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Plauto Miró, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (18 Deputados).]* Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral. Trinta e sete votos, com o voto do Deputado Anibelli. Está aprovado o substitutivo geral.**

Os Itens 2 e 3 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 165/2022, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que concede o Título de Utilidade Pública à Tenda de Umbanda Filhos de Oxalá e Yemanjá. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 299/2022, de autoria do Deputado Gilson de Souza, que concede o Título de Utilidade Pública ao Projeto Barnabé, com sede no município de Fazenda Rio Grande. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “*sim*”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendente o Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Meu voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Deputado Mauro?

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Deputado Mauro, Excelência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Estacho, seu voto; Soldado Fruet, seu voto. Deputado Alexandre Amaro, não está aparecendo o seu voto aqui. Ok? Posso encerrar a votação, Sr.^s Deputados? Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (33 deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Nelson Justus, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Soldado Fruet (21 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos. Trinta e quatro votos, com o voto do Deputado Mauro. Estão aprovados os Projetos.**

ITEM 4 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 423/2021, de autoria do Deputado Delegado Fernando Martins, que institui o Circuito Cicloturístico Entre Rios Noroeste. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais e Comissão de Turismo. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Douglas Fabrício, Francisco Bührer, Gilson de Souza, Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória, Nelson Justus, Paulo Litro, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson

*Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Dr. Batista, Elio Rusch, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 423/2021.***

Os Itens 5 e 7 a 15, votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 5 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 499/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que concede o Título de Utilidade Pública ao instituto João Márcio Emiliano – Instituto Esquerdinha, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 7 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 254/2022, de autoria do Deputado Artagão Junior, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Professores do Colégio Passos Firmes – APPF, com sede no município de Matelândia. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 273/2022, de autoria do Deputado Michele Caputo, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Faxilanense de Futebol Veterano, com sede no município de Faxinal. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 283/2022, de autoria do Deputado Paulo Litro, que concede o Título de Utilidade Pública ao Centro Espírita Beneficente União do Vegetal Núcleo Coroa Divina, com sede no município de Almirante Tamandaré. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 296/2022, de autoria do Deputado Bazana, que concede o Título de Utilidade Pública à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Palmas, com sede no município de Palmas. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 301/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Protetora dos Animais de Ribeirão Claro – É o Bicho, com sede no município de Ribeirão Claro. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 302/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Catadores de Recicláveis de São Sebastião da Amoreira, com sede no município de São Sebastião da Amoreira. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 303/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Catadores e Separadores de Materiais Recicláveis de Assaí, com sede no município de Assaí. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 315/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Casa de Saúde e Maternidade Ugo Roberto Accorsi, com sede no município de Loanda. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 15 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 316/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Além da Visão, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Itens 5 e 7 a 15. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “*sim*”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Nelson, que acabou de votar, Nereu e Reichembach. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (40 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Bazana, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Nereu Moura, Plauto Miró e Ricardo Arruda (14 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovados os Projetos. **(O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata os votos favoráveis dos Deputados Bazana e Francisco Buhner.)**

DEPUTADO BAZANA (PSD): Senhor Presidente, registre o meu voto “sim”, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, devidamente registrado. Item 6...

DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER (PSD): Deputado Francisco Bühner, voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok, Deputado.

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 89/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 12/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Econômico; da Lei n.º 19.478, de 2 de abril de 2018, que institui Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno

Porto do Paraná – FAG/PR; da Lei n.º 19.479, de 30 de abril de 2018, que institui o Fundo de Capital de Risco do Estado do Paraná – FCR/PR; da Lei n.º 19.480, de 2 de maio de 2018, que instituiu o Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná – FIME/PR e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Em discussão.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO: Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Arilson.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Não, só um negócio. Parece que tentaram escrever o meu nome lá. Está mesmo, em letra maiúscula lá, *L Capu*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ele está remontando lá.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Não. Acho que é Michele que está escrito ali, Presidente, Michele.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): É. *A m'ama va bene*, não é!

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição vai discutir nessa primeira votação, obviamente, a questão constitucional. O Projeto, embora meritoriamente atraente e bom para o povo paranaense, tem vícios em duas questões principais. Primeiro: inconstitucionalidade da destinação da receita tributária, vedação da vinculação de receita a fundo, previsão do art. 167, IV da Constituição Federal. Segundo: o PL exclui a obrigatoriedade da publicação, anualmente, dos balanços devidamente auditados das Leis 19.480/2018 e 19.479/2018, afrontando dessa forma o art. 52 da Lei Complementar 101/2000, assim como o art. 165, § 3.º da Constituição Federal.

Ainda, Presidente, aponta as seguintes inconsistências nas estruturas do fundo no Projeto de Lei. Fundo de Desenvolvimento Econômico: poderá ter participação societária diretamente em empresas e não mais exclusivamente por intermédio do Fundo de Investimento, que tem como cotista o Fundo de Capital do Risco Paraná. Dois: o Fundo de Desenvolvimento Econômico poderá subvencionar, ou seja, investir em projetos selecionados, mas não traz as regras claras ou critérios para eleição, para que os projetos sejam selecionados. Três: o Fundo de Aval Garantidor inclui como receitas do Programa Paraná Competitivo, como receita do Fundo Aval Garantidor, o que é vedado. O Fundo de Aval Garantidor, ainda são excluídos nele a obrigatoriedade de publicação de anuais e os balanços auditados pela Controladoria externa, porém na justificativa da mensagem, o Governador fundamenta que haverá alteração do regime de contabilidade, a ser aplicado pela gestora do fundo, objetivando a publicidade. O Fundo de Capital de Risco prevê como as receitas do Programa Paraná Competitivo, mesmo diante da existência de amparo legal. Os três fundos passarão a receber recursos do ICMS, a ser recebido no âmbito do Programa Paraná Competitivo. O Projeto não demonstra qual o volume de recursos previstos, bem como não apresenta um parecer da Secretaria da Fazenda, a respeito desses números. O conhecimento desse impacto é relevante e necessário. O Fundo de Capital de Risco exclui a obrigatoriedade de publicação de balanço e não esclarece quais normas serão usadas na contabilidade pública, para serem adotadas. O Fundo de Inovação das Micro e Pequenas Empresas de Pequeno Porte no Paraná, Fime/PR, prevê que os recursos serão destinados a ações de incentivos, prevista pela administração direta e indireta do Paraná. Vale dizer que o Poder Executivo não especifica qual critério. O Fundo de Inovação das micro e empresas de pequeno porte do Paraná, igualmente, vai excluir o balanço auditado. Embora o Projeto seja motivado e de boa intenção, não cumpre as regras contábeis, não atende à Lei de Responsabilidade Fiscal, não traz no seu esboço o relatório de impacto orçamentário e financeiro, ou seja, ele é inconstitucional *dos pés à cabeça*. Então, Presidente, a Oposição vai votar “*não*” à constitucionalidade e vai discutir o mérito na próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como encaminha a Liderança do Governo?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Encaminhamos o voto “*sim*”, Sr. Presidente, obviamente, é um Projeto de extrema importância. O Fundo de Aval Garantidor foi um fundo, uma conquista extraordinária do Governo do Estado, que dá suporte justamente às pequenas empresas, principalmente, às pequenas empresas que mais precisam desse suporte. Vai inovar, agora, trazendo essa ampliação também na previsão para as empresas de inovação. Então, é um Projeto de extrema importância. Esses avanços que estamos tendo, aqui, com toda certeza vão melhorar e muito a condição dos Fundos Garantidores. Portanto, o Governo do Estado pede e a Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição vota “*não*” à constitucionalidade e vai discutir o mérito na próxima Sessão.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Voto “*sim*”, Sr.^s Deputados. Voto “*sim*”. Projeto de extrema importância.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos à votação. Votando. Ainda pendente o voto do Deputado Francisco Bühner. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Professor Lemos, Requião Filho,

Soldado Fruet e Tadeu Veneri (9 Deputados); **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Dr. Batista, Elio Rusch, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Plauto Miró e Ricardo Arruda (9 Deputados).]* Com 36 votos favoráveis e 9 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 89/2022.**

ITEM 16 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 328/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 57/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 16.575, de 29 de setembro de 2010, que dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) destina-se preservação da Ordem Pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na Legislação Federal e Estadual e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “*sim*”, Sr.ªs Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Cantora Mara Lima, o seu voto, Deputado Guto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Dr. Batista, Elio Rusch, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Plauto Miró e Ricardo Arruda (10*

Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 328/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos com sua discussão adiada, Deputados Tadeu Veneri, Goura e Nelson Justus: **Requerimento n.º 2465/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, adiado da Sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Sr. Wagner Mesquita de Oliveira, sobre condições das unidades prisionais no Paraná; **Requerimento n.º 2516/2022**, do Deputado Goura, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. César Augusto Neves Luiz, conforme especifica; e **Requerimento n.º 2464/2022**, do Deputado Nelson Justus, adiado da Sessão anterior, solicitando a anexação o Projeto de Lei n.º 318/2022 ao Projeto de Lei n.º 143/2021. Como encaminha o Líder?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhor Presidente, solicitamos o envio como expediente dos dois primeiros.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Dos três?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Dos dois primeiros.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Dos Deputados Tadeu e Goura. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

E Nelson Justus?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Esse pode aprovar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): É adiado.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pode aprovar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Aprovado, então. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 2534/2022, do Deputado Plauto Miró, solicitando informações ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística e ao Diretor-Geral do DER, conforme especifica.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): **Adiado na forma regimental.**

Requerimento n.º 2530/2022, dos Deputados Alexandre Curi e Anibelli Neto, requerendo a anexação do Projeto de Lei n.º 291/2022 ao 217/2021, por se tratar de matérias similares. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 2526/2022, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação da Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs 165 e 299/2022, da Ordem do Dia da Sessão Ordinária. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2517/2022, do Deputado Rodrigo Estacho, solicitando o registro e envio de voto de congratulações e menção honrosa a Amanda Costa; **Requerimentos n.ºs 2518 a 2523/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa: a Silvana Pina Dias; a Ruth Martins; a Cláudia Mara Dutra; à aluna destaque Olivia Helena Rosi Mion; a Idelce Figueiredo Magalhães; e a André Luiz de Almeida Figueiredo; **Requerimento n.º 2525/2022**, do Deputado Mauro Moraes, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado,

requerendo a realização de um segundo Ecafi, viabilizando a convocação de mais candidatos classificados no último concurso par PM e BM do Paraná; **Requerimento n.º 2528/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. José Machado Filho; **Requerimento n.º 2533/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Fazenda e ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, requerendo o encaminhamento de proposta legislativa dispondo sobre a isenção do IPVA; **Requerimentos n.ºs 2536 a 2541/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Olalina Gonçalves Cordeiro; Sônia Regina Gomes Batista; Orli Nascimento Dias da Silva; Regina Silveira dos Santos; Terezinha Gonçalves dos Santos; e Ademir Godoi de Oliveira.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 2529/2022, dos Deputados Alexandre Curi e Anibelli Neto, requerendo a inclusão do Deputado Anibelli Neto como coautor do Projeto de Lei n.º 217/2021; **Requerimento n.º 2543/2022**, do Deputado Goura, requerendo a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 689/2021.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 2524/2022**, do Deputado Ricardo Arruda, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2532/2022**, do Deputado Elio Rusch, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2535/2022**, do Deputado Artagão Junior, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 4 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2544/2022**, do Deputado Reichembach, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2545/2022**, do Deputado Luiz Carlos Martins, apresentando

justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2546/2022**, do Deputado Jonas Guimarães, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de julho de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 2531/2022**, do Deputado Elio Rusch, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25 de julho de 2022.

Deferido conforme o Inciso VII do art. 104 do Regimento Interno (em razão de nascimento de filho ou adoção): **Requerimento n.º 2542/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 11 a 18 de julho de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** já na sequência, antecipada de quarta-feira, com a seguinte **Ordem do Dia**: 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 423/2021, 499/2021, 89/2022, 254/2022, 273/2022, 283/2022, 296/2022, 301/2022, 302/2022, 303/2022, 315/2022, 316/2022 e 328/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 360/2021, 424/2021 e 746/2021. Solicito aos Sr.ºs Deputados que façam o registro de presença.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h44, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)